

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.546.461 - AL (2019/0218679-5)**

**RELATOR : MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**  
**EMBARGANTE : MARCOS ROGÉRIO COELHO**  
**ADVOGADO : GERALDO SAMPAIO GALVÃO - AL008149**  
**EMBARGADO : ITAU UNIBANCO S.A**  
**ADVOGADO : ANTÔNIO BRAZ DA SILVA - AL008736**

### **DECISÃO**

Trata-se de embargos declaratórios (e-STJ fls. 931/946) opostos à decisão desta relatoria que negou provimento ao agravo nos próprios autos, em virtude da aplicação da Súmula n. 7 do STJ.

Em suas razões, o embargante aduz que a decisão é omissa, vez que:

(a) não incidiria a Súmula n. 7/STJ, pois "o conhecimento da matéria em exame demandaria, no máximo, a reavaliação jurídica dos fatos incontrovertidos nos autos" (e-STJ fls. 933/934).

(b) "as balizas da proporcionalidade e da razoabilidade devem ser aferidas, para fins de redução das *astreintes*, no momento de sua fixação, e nunca somente em razão do valor da dívida" (e-STJ fl. 937).

(c) "se o único obstáculo ao cumprimento de determinação judicial para a qual havia incidência de multa diária foi o descaso do devedor, não é possível reduzi-la, pois as *astreintes* têm por objetivo, justamente, forçar o devedor renitente a cumprir sua obrigação" (e-STJ fls. 944/945).

(d) não há falar em enriquecimento sem causa, pois "o embargante demonstrou que não é possível dizer que o empobrecimento da parte recorrida através do pagamento da totalidade das *astreintes* vencidas seria injusto, na medida em que ela própria atraiu a incidência da multa, por ter descumprido a decisão liminar proferida pelo Juízo de piso sem qualquer justificativa" (e-STJ fl. 945).

Ao final, requer o acolhimento dos embargos, para que sejam supridos os vícios apontados, concedendo-lhes caráter infringente.

Não foi apresentada impugnação (e-STJ fl. 951).

É o relatório.

Decido.

Os embargos de declaração somente são cabíveis quando houver, na sentença

ou no acórdão, obscuridade, contradição, omissão ou erro material, consoante dispõe o art. 1.022 do CPC/2015.

Além do mais, os embargos declaratórios, via de regra, não permitem um novo julgamento da causa, como pretende a parte, sendo certo que o efeito modificativo é possível apenas em hipóteses excepcionais, uma vez comprovada a existência dos mencionados vícios no julgado, o que não se evidencia no caso em exame.

Nesse sentido, os seguintes precedentes:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE OU ERRO MATERIAL. INEXISTÊNCIA.

1. Rejeitam-se os embargos declaratórios quando, no acórdão embargado, não há nenhum dos vícios previstos no art. 1.022 do CPC/2015.

3. Embargos de declaração nos embargos de declaração no recurso especial rejeitados, com a aplicação da multa prevista no art. 1.026, § 2º, do CPC/15.

(EDcl nos EDcl no REsp n. 1.554.437/SP, Relatora Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 15/12/2016, DJe 3/2/2017.)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. VÍCIOS DO ART. 1.022 DO CPC. INEXISTÊNCIA. EFEITO INFRINGENTE. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO PROTETATÓRIO. APLICAÇÃO DE MULTA.

1. Inexistência dos vícios tipificados no art. 1.022 do Código de Processo Civil, a inquinar o acórdão embargado.

2. A atribuição de efeito infringente em embargos declaratórios é medida excepcional, incompatível com a hipótese dos autos, em que a parte embargante pretende um novo julgamento do seu recurso.

3. Aplica-se a multa prevista no art. 1.026, § 2º, do Código de Processo Civil, na hipótese de embargos de declaração manifestamente protetatórios.

4. Embargos de declaração rejeitados, com aplicação de multa.

(EDcl no AgInt no AREsp n. 849.536/RS, Relatora Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 15/12/2016, DJe 2/2/2017.)

No caso, a decisão embargada claramente asseverou que "somente em hipóteses excepcionais, quando manifestamente irrisório ou exorbitante o valor fixado a título de *astreintes* pela instância *a quo*, a jurisprudência deste Tribunal admite o afastamento do óbice da Súmula n. 7/STJ, para possibilitar sua revisão" (e-STJ fl. 927) e concluiu "não se verifica nenhuma situação excepcional apta a superar o referido óbice, uma vez que a definição do montante da multa cominatória em R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), pelo descumprimento de decisão judicial, está pautada por critérios de moderação, proporcionalidade e razoabilidade" (e-STJ fl. 928).

O simples fato de a decisão recorrida ser contrária aos interesses da parte não configura nenhum dos vícios previstos no art. 1.022 do CPC/2015.

Assim, não se constata nenhuma das hipóteses de cabimento dos embargos declaratórios. Ao contrário, verifica-se a mera pretensão de reexame do mérito do recurso, o qual foi exaustivamente analisado.

Ressalta-se que a decisão embargada não precisa analisar todas as supostas

# *Superior Tribunal de Justiça*

teses elencadas pela parte recorrente, uma vez que os fundamentos utilizados são suficientes para o desprovimento do agravo.

Em face do exposto, REJEITO os embargos de declaração.

Publique-se e intimem-se.

Brasília-DF, 25 de novembro de 2019.

Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator